trad. f. TL3536

O SÍNDROME MAUBERE

A dominação portuguesa e a resistência contra o colonialismo em Timor-Leste

Fernando Sylvan

Em 1971, dirigi-me à Assembleia Nacional a requerer estatuto de peticionário para expor e reclamar contra o facto de o povo de Timor-Leste não usufruir de plenitude de direitos constitucionais. Não consegui chegar ao hemiciclo do Parlamento português, mas incomodei. Incomodei muitos, e principalmente o governo.

Tendo-se tornado causa de notícia o meu gesto, meu nome e requerimento saltaram para jornais. Nome e requerimento que não foram o mais importante.

O mais importante foi destapar a verdade do que se passava em Timor-Leste, então ainda chamado de Timor-Português. O importante, foi referenciar o povo maubere, então chamado de timorense, como sendo o mais sacrificado de todos os povos da vasta teoria de colónias portuguesas. Sacrificado, não por ser o povo da colónia mais distanciada de Lisboa e ser visceralmente pobre, como decénio a decénio foi afirmado e reafirmado pelos historiadores administrativos, mas porque o povo maubere, ele próprio,

se impôs condições de não servir para ser explorado até à medula.

Posição estranha, esta, de um povo não querer servir para ser explorado, e que se é certo poder limitar o usufruto de muitas benesses imediatas, tem consigo a possibilidade profunda de conservar intactas virtualidades primeiras, as autênticas, aquelas que permitem a proposta voluntária dos caminhos próprios e da história própria, na plenitude da sua identidade.

Ser o menos possível para vir a ser-se o mais possível, ter-se o menos possível para conservar o mais possível, esse foi o desiderato. E por todo o tempo necessário, veículado de geração a geração, numa permanência de corpo inteiro e de interesses colectivos equacionantes e numa vivência de povo cuja força e esperança só os próprios conhecem por dentro e cujo retrato amável mais de uma vez deu aos outros, inesperadamente para eles, a mostra dos estranhos sinais de força dos mauberes. Sinais de vidas, espaços e tempos.

Síndrome maubere é o fenómeno que laborou todos esses sinais de vidas, espaços e tempos de gentes - no sentido da revelação e da compreensão de que a proposta fundamental de cada-rei-cada-reino o era exactamente por também ser fundamental de todos os outros reinos. As diferenças do seu presente, o modo por que cada-rei-cada-reino se regia e se impu-

nha aos outros, a nitidez das fronteiras que separavam capacidades institucionais e línguas, foram, na sua extraordinária força, forças menores quando se compreenderam que as questões colectivas de sobrevivência e de futuro eram de cada-rei-cada-reino as suas questões de fundo.

Pela história mal escrita, e escrita administrativamente de fora para dentro, ficaram na memória dos invasores actos de subserviência e nomes de subservientes que nada representam na história dos mauberes. E é triste que como tal tenham ficado na história, ou nas histórias, dos seus novos companheiros. Houve, sem dúvida, reis e reinos que na sucessão das décadas se não compreenderam na história e no futuro do povo maubere. Reis e reinos que em cada momento só tiveram o seu presente, e se esqueceram dos exemplos daqueles que em alguns casos ajudaram até a derrotar.

A derrotar! Mas, fenómeno curioso, como um povo que se reabilita da sua fome de sobrevivência e se busca na força e na autenticidade das próprias sementes genesíacas, são esses derrotados, é a memória desses que enchacaram as terras de sangue e sobre quem talvez pela primeira vez na história das colonizações se tenha experimentado a gramática do genocídio, são esses que venderam as suas derrotas por preços de sangue europeu altos como até então nenhum invasor havia pago em África ou no Oriente. É a memória desses que contém a realidade imortal, concreta, definida, o

acontimento e a acção do povo maubere.

Povo maubere, aquele que, neste momento, se contém do mistério de resistir aos indonésios, se contém da riqueza de identificar-se com um nome de pátria, se contém da força de estar aqui presente diante deste Tribunal dos Povos reunido na cidade de onde partiram os seus primeiros invasores.

Mas como e desde que hora os mauberes são povo, é indispensável que hoje aqui se explique, se afirme e se defenda para que o Tribunal Permanente dos Povos tenha quem a defender.

É preciso indagar-se se a madrugada de 28 de Setembro de 1975 foi somente a madrugada desse mesmo dia ou o cúmulo de todas as madrugadas desde aquela, há quase um século, em que o português Major Arbiru, o homem invencível, tombou, morto.

Arbiru, significa, mesmo, homem invencível. Era o cognome de Francisco Duarte. E que assentava como nome verdadeiro e que se sacudia como trombeta guerreira em toda a região central do Oeste. E mesmo para além. Não se sabe quem, primeiro, ao alferes Francisco Duarte chamou Arbiru, não se sabe quem primeiro lhe dilatou a patente de alferes para major. Mas é verdade que o alferes Francisco Duarte era chamado de Major Arbiru e que se pretendia que em toda a região central do Oeste o seu nome provocasse

estremecimentos e medos.

A fama de invencibilidade do alferes Francisco Duarte, a fama de invencibilidade do Major Arbiru, convencia a todos os que estavam do lado dele e convencia também muitos dos outros que podiam estar do mesmo lado. Mas aos outros outros, aos outros para quem o invasor era o invasor, aos outros para quem os portugueses eram os estranhos, o Major Arbiru não era senão o inimigo a vencer.

Homem invisível, era preciso descobri-lo. Possesso de valentia, era preciso enfrentá-lo. Soldado invulnerável, era preciso abatê-lo. Tornado figura mítica, que era modo fácil de cultivar o gigantismo, para muitos o Major Arbiru era um ser que tinha consigo o mistério e o incomensurável. Este ponto é um dos menos analisados pelos historiadores administrativos, mas há-de sê-lo quando dos povos já independentes ou em trânsito de independência surgirem os seus próprios historiadores.

A história da colonização, as histórias das colonizações estão cheias de majores arbirus, produto da acção de uma espécie de igreja de soldados que também embarcou no Tejo e desembarcou em todas as partes onde houve desembarques e levava consigo os seus santos fardados e os seus milagres de caserna. A colonização espalhou por toda a parte a memória da prática desses santos e desses milagres. Muitos dos povos invadidos acre-

ditaram nesses santos e nesses milagres logo à primeira hora. Outros, resistiram quanto puderam a essa igreja de soldados.

Vivemos na época em que a Ásia, a África e a América Latina encontraram o processo de apear dos altares dessa segunda igreja os falsos santos e os falsos gigantes que lá foram postos vivos. Postos vivos pela necessidade de fazer história administrativa e de pressionar os povos abatidos a acreditarem nela. O Major Arbiru era um deles. O alferes Francisco Duarte tinha todas as condições para sê-lo: soldado de terra queimada, chacinador indigno dos vencidos, brutamontes ignorante. Desta massa, pretendeu-se o herói do quotidiano. Assopravam-se os seus feitos e gritava-se-lhe o cognome de forma a não haver quem os ignorasse. Mais, de forma a não haver quem os não temesse. Era preciso que o Major Arbiru fosse o fantasma do medo.

Havia, era compreensível, quem fugisse de vê-lo, quem paralisasse diante do seu olhar, quem ensurdecesse à sua voz, quem se lhe ajoelhasse em frente. Corria a crença de que era sagrado, de que nenhuma catana o decapitaria, de que nenhuma bala lhe entraria no corpo. Corria mesmo que só uma bala de ouro poderia atingi-lo.

Criar esta imagem e estas fronteiras de medos foi o trabalho psicológico da igreja de soldados. Igreja de que o governador Celestino da

Silva, o pacificador sanguinário, se aproveitava na totalidade.

O primeiro Maubere que não acreditou no sacratismo de Arbiru e na necessidade de bala de outro para matá-lo foi D. Alexandre, rei de Cotubala. E isso significa que a partir de então os timores podiam preparar-se para resistir.

As revoltas sucedem-se, os grandes reis timores dão-se as mãos, criam espaços de amizade e fazem entre si alianças militares em termos que nunca haviam conhecido. As forças dos reis timores infringem aos invasores derrotas como nunca nesse tempo em qualquer lugar de colonização tiveram paralelo. E inventam uma arma original: a cavalaria.

É certo que as forças invasoras se revitalizaram. O tempo jogou a seu favor, chegaram reforços, criou-se um espectro de postos militares em que nenhum ficava de outro a distância maior que 40 quilómetros. A chacina foi violenta, mas não evitou em definitivo que de quando em quando houvesse ainda estremecimentos com novas revoltas.

E o mais importante para a sobrevivência dessas revoltas fora a morte do Major Arbiru. Cercado em Fátu-Bicar, nas faldas do Atabai, uma bala que não era de ouro matou-o.

O eco da sua morte correu a ilha de ponta a ponta e desde então foi mais fácil explicar às gerações timores que na realidade não há nenhum

Arbiru que seja invencível.

Português ou indonésio.

A crença na invencibilidade de Arbiru mataria o síndrome do povo maubere. Todos os sinais profundos revelados ou identificados nos reis e nos reinos timores, naqueles que se mostravam dignamente autênticos e capazes de explicar-se e de permanecer, ainda quando aparentemente destroçados ou aniquilados, não podem viver conjuntamente com os sinais dos colonizadores.

Para que a independência e a liberdade sejam alvo a atingir-se em todas as madrugadas é preciso matar-se em cada madrugada o Arbiru.

Matá-lo nas sombras do passado, nas histórias dos invasores, nos amuletos das incertezas, para que os povos se reafirmem na consciência das suas raízes e na esperança do futuro que forem capazes de construir.

É por isso que também na madrugada que para nós é esta reunião do Tribunal Permanente dos Povos eu quis mostrar o Arbiru, morto.

É que com ele vivo dentro de nós, seja português ou indonésio, não se explicaria a luta pela independência de Timor-Leste.

Não há herói do lado em que não está um profundo sentimento de liberdade - e em Timor-Leste o sentimento de liberdade esteve sempre do lado do povo maubere.

É preciso, então, testemunhar, aqui, que os mauberes são um povo e indicar o tempo histórico em que ele se revelou e o processo histórico que o consentiu. Ao longo dos 500 anos de ocupação, e mais particularmente no período decorrido entre as fugas dos governadores Melo de Castro em 1719 e Lemos Pires em 1975, o povo maubere não cessou de resistir à presença dos colonialistas, não numa resistência suicida, mas numa resistência concertada. A releitura isenta dos poucos documentos escritos sobre Timor-Leste, e uma descontagem serena dos louvores que os colonialistas a si próprios cantaram, sobretudo nestes últimos 100 anos, permitirão a revelação de um quadro em que a história dos timores apareça construída, e provada. E o ponto primeiro a assinalar é a quase simultânea compreensão de reis que antes se digladiavam da necessidade de se encontrarem, de resolverem os problemas do seu contencioso e de conjugarem esforços, e comandos, para resistirem aos portugueses. Mas resistirem em sentido pleno, e pela solução da guerra sempre que essa fosse a única alternativa.

E é assim que surge um sentimento novo entre grupos de reis e reinos, que é o da mazade. O sentimento da amizade, hoje considerado essencial na vida dos povos para que a paz se perspective, foi profundamente cultivada.

A amizade serviu de barreira ao desenvolvimento da prática da intriga que os colonialistas cultivaram permanentemente até ao seu próprio estertor, procurando atirar reinos contra reinos para os enfraquecerem e os manterem ocupados. Há documentos que provam que os de Deribate "estateados em amizades de vizinhos e na fortificação, almejavam por inteira independência", "que os reinos de Manufai, Reimean e Suai se conjuravam numa liga de resistência, continuando o tradicional estado de revolta que se verificava desde Dezembro de 1851", "que o rei de Deribate, D. José, declarara que ele e alguns principais haviam tomado parte na jura de sangue que haviam feito na ribeira de Bé-Bau chamando a si outros reinos para resistir. A jura de sangue é um compromisso de união e solidariedade na guerra e na paz.

Os interesses maiores dos mauberes passavam a ser os interesses comuns. Os reis de cada reino obrigavam-se na compreensão de que povo, povo, havia realmente apenas um, e que o futuro era o mesmo para todos.

Atingida esta comunhão, reis e povos conjurados puderam tomar posições verdadeiramente surpreendentes: D. Duarte, rei de Manufai, pôde responder quando o governador Celestino da Silva lhe mandou dizer que não queria fazer a guerra mas conseguir acordo que, ao contrário, ele, rei, "queria a guerra e estava aparelhado para ela". Às ordens de pagar impostos e multas, recu-

savam-se. Às ordens de plantar café, recusavam-se. O rei de Deribate foi peremptório ao responder que [illegible] tinham direito a plena liberdade e que não plantariam café de que não precisavam. Nem de café nem de outras culturas - e fez-se fome que os colonizadores tiveram também de suportar enquanto não superaram a continuidade das resistências.

Os povos timores aprendiam por si a ser um só povo e a resistir ao colonialismo. E nessa resistência, também se dava a resistência à língua que os invasores falavam. Resistiam ao português como tinham resistido ao malaio. Era, assim, uma resistência total e que gerava os modos próprios de actuação, primeiro, pela conjura, depois, pela confederação, a seguir, pela unidade.

E quando se afirmava resistência à língua portuguesa, praticava-se um acto dos mais importantes e originais de toda a colonização. É que havendo em Timor-Leste mais de 30 línguas, os mauberes deram ao <u>tétum</u> uma relevância tal que todos os reinos se tornaram bilingues e puderam, através do <u>tétum</u>, ter uma língua comum. Mas a originalidade referida não é essa, mas, sim, a de terem de tal forma resistido à língua portuguesa que obrigaram os portugueses a aprender <u>tétum</u> para bem comunicarem com eles.

A língua portuguesa viaja em Timor-Leste numa área muito limitada. 500 anos não chegaram para implantá-la como língua timor, nem mesmo como

segunda língua. Esta resistência era paralela à da ordem de plantar café: não precisavam dela, não iam cultivá-la. Tinham o tétum.

As lutas de resistência, a amizade, as alianças e a língua nacional explicam o síndrome maubere.

O povo maubere está aqui.

Fernando Sylvan